

Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura

Maria do Carmo Soares de Freitas
Gardênia Abreu Vieira Fontes
Nilce de Oliveira
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FREITAS, MCS., FONTES, GAV., and OLIVEIRA, N., orgs. *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p. ISBN 978-85-232-0543-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A feira livre sob um olhar etnográfico

Ana Cláudia de S. Teles Minnaert

Introdução

As feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. No Brasil, como em outras sociedades, as feiras são espaços ricos culturalmente. Em geral, afastadas dos setores mais abastados das cidades, elas estão mais próximas das camadas populares, nas áreas periféricas e hoje servem mais a esta população.

Nesse universo circulam comerciantes, consumidores e agentes de fiscalização, muitos deles com o papel central de agenciar mudanças de comportamento nos indivíduos, interferindo, desta forma, na sua cultura.

Esse espaço atuou como atração e motivação para conhecer cultura do feirante, do consumidor e para compreender os significados desse comércio de alimentos tão próximo a casa, parte da rua e da vida das pessoas. Um lugar de conversa e encontro, participação e vizinhança.

A palavra feira é originária do latim, *feria* que significa “dia de festa” (FERREIRA, 1999). Em português, quer dizer lugar público, muitas vezes descoberto onde se expõem ou se vendem mercadorias. É também lugar de encontro e conversa.

As feiras-livres proporcionam ao imaginário popular um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas. Na cidade do Salvador, as feiras nasceram próximas ao mar, no cais, onde eram expostos peixes, mariscos, frutas, verduras e muitos outros produtos que chegavam em embarcações, vindas geralmente do Recôncavo.

Serra (2005) assinala que em Salvador algumas festas populares tinham uma feira como parte das atividades associadas à diversão pública. Como exemplo, ele cita a festa da Conceição da Praia¹, onde havia uma feira dedicada à venda de frutas e de peças de cerâmicas, na Rampa do Mercado, como parte das festividades.

Atualmente, longe de serem grandes centros comerciais, as feiras são locais de pequeno comércio, onde as pessoas vão adquirir produtos necessários à subsistência. Muitos bairros distantes do centro das cidades

têm nas feiras um dos poucos espaços para seus moradores encontrarem as mercadorias de que necessitam.

Tomando como base estudos de DaMatta (1997), a feira é um desses espaços que unificam os mundos: da casa e da rua. Como espaço, ela tem regras e sistemas de valores próprios e se apresenta como um ambiente ambíguo, localizada no limite entre esses dois mundos, caracterizando-se pela fluidez da rua, contudo, permanece a familiaridade, a domesticidade das relações do mundo da casa.

Ao desenvolver esse estudo, nossa intenção foi a imersão na realidade da feira, no seu cotidiano, com o objetivo de buscar a compreensão de como seus atores e atrizes sociais produzem conceitos sobre este universo.

O estudo etnográfico

Diante da complexidade de tantos elementos que compõem as feiras livres e que podem ser colocados para interpretação das relações, buscou-se a contribuição da etnografia para um processo interpretante da cultura, como pano de fundo, onde se constrói e se organiza o discurso dos distintos atores analisados

Laplantine (2004, p. 31) afirma que a descrição etnográfica é a elaboração lingüística da experiência que vivenciamos; através dela expomos as situações e sensações vividas. Para ele, “a descrição etnográfica é a realidade social aprendida a partir do olhar, uma realidade social que se tornou linguagem e que se inscreve numa rede de intertextualidade”.

Assim, foi desenvolvido um estudo etnográfico, tendo como universo de observação a feira do Japão, umas das oito feiras livres fixas da cidade de Salvador, localizada no Bairro da Liberdade, bairro de característica periférica ou popular, com 90% da população de afro-descendentes.

O primeiro contato com a feira do Japão deu-se em 1999, quando, iniciante na Vigilância Sanitária (Visa), fui atuar como fiscal de controle sanitário na região. Eu era moradora de um bairro próximo à Liberdade, mas não me recordo de outro contato com esta feira, antes desse.

Como profissional de saúde, ao chegar ao local, o que me chamou logo a atenção foram as suas precárias condições de higiene. Água suja escorria pelas calçadas e se acumulava na rua, animais se misturavam com pessoas que circulavam naquela via estreita, onde os alimentos eram expostos no chão, em cima de tábuas, plásticos ou jornais.

Esse primeiro contato despertou em mim o desejo de mergulhar ainda mais nesse mundo. Para mim, a feira do Japão não é apenas um local de comércio de alimentos, mas configura-se como um espaço onde pessoas trazem suas histórias, suas vidas, suas dores.

Como qualquer feira popular de Salvador, ela está na fronteira entre a casa e a rua das camadas populares e é permeada por uma rede de significados que vai desde a escolha do nome, que surge como uma metáfora que simboliza o distanciamento do local em relação ao centro da cidade, até a escolha do local onde são armadas as barracas.

Através da observação direta e de entrevistas semi-estruturas, buscou-se registrar no diário de campo tudo que chamou a atenção; podia ser traduzido em palavras, cheiros, sons, imagens. Durante 60 dias, frequentei na feira do Japão. Visitando-a em dias e horários variados, no intuito de me inserir no seu cotidiano. A estranheza inicial com que as pessoas me olhavam foi-se dissipando.

Como em Geertz (1989), na briga de galo, ao compreender os códigos desse mundo e ao compartilhá-lo com os demais atores, passei de visitante à frequentadora. Como diz DaMatta (1997), saí da sala de visitas e adentrei na intimidade desta casa.

Pude compreender que a carne no gancho, diferente do que eu pensava, era sinal de frescor e a carne refrigerada, defendida pela norma como conservada, indicava seu estado de decomposição. O cachorro, que inicialmente para mim era uma fonte de contaminação, naquele ambiente, era o amigo, o ser desapropriado de valor na sociedade, assim como os feirantes.

Naquela rua vi circulando feirantes, moradores, consumidores, animais e garis, todos eram e são partes daquele chão. E muitas vezes tive que controlar meu ímpeto de fiscal e retomar minha posição de observadora. Segundo Minayo (1992), esse é um momento em que sujeito e objeto se confundem, pois têm substratos comuns que os tornam solidariamente imbricados e comprometidos.

Os feirantes, consumidores, garis, fiscais de controle sanitário da Visa e agentes de fiscalização do meio-ambiente e serviços públicos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP) foram os interlocutores principais deste estudo. A escuta de diversas vozes, auxiliou-me na compreensão acerca das categorias analisadas: feira, feirante, consumidor, fiscalização.

A feira do Japão na visão dos seus feirantes e consumidores

Para os informantes deste estudo, a *feira* é o *lugar bagunçado* (F8)², *desorganizado* (F27), onde *tudo está espalhado* (F13). A forma como o espaço é organizado, como os produtos são dispostos na banca, é visto como algo depreciativo. A informalidade da *feira* não é mais considerada característica que a identifica no complexo de mercados, mas como uma característica negativa que deve ser superada.

Para os feirantes e consumidores da feira do Japão, a *feira* é caracterizada como *lugar de pobre* (F19), um local desvalorizado socialmente. Contudo para os consumidores, a feira também significa um *local onde há produtos frescos e limpos* (C1), *local com mais variedade* (C2), *local com preços acessíveis* (C3). A questão de preço é muito valorizada por esta categoria de ator, a única que avaliou a feira como um local limpo. Em seus discursos, os *consumidores* sempre buscam razões para justificar a escolha da *feira* como local de compra de alimentos.

Nos discursos dos feirantes da feira do Japão nota-se a falta de esperança e o sentimento de exclusão social que esses indivíduos carregam. Sentem-se carentes de cidadania, de direitos. A feira significa para esses indivíduos o local de marginais, dos excluídos. A pobreza que aparece nas falas simboliza também a destituição de poderes.

A ação governamental na feira do Japão praticamente inexistente e só se exprime pelo lado negativo, através da repressão, das ações policiais e punitivas. Nesse contexto, os *feirantes* não se sentem pertencentes à sociedade, não se sentem cidadãos e não são também tratados como tal, o que aumenta o sentimento de exclusão social expresso nos discursos.

Para eles, a sua situação de pobre os torna invisíveis para o Estado. Na sua compreensão, essa invisibilidade justifica o fato de não haver uma intervenção estatal mais direta no seu ambiente de trabalho. Todavia, ao mesmo tempo que essa invisibilidade incomoda, também é reforçada, pois eles também não querem ser enxergados. No imaginário desses indivíduos, quando são vistos, eles são punidos e o medo desta punição impede que busquem sua visibilidade junto ao Estado. Esse jogo torna a relação entre agentes de fiscalização e feirantes ainda mais conflitante e complexa e reforça a posição marginal que os feirantes ocupam na sociedade.

Uma contradição figura nos discursos dos consumidores. Observei que muitos dos consumidores entrevistados tinham certa resistência em afirmar que compravam na feira. Isso denota a posição negativa da feira dentro do imaginário social de sua freguesia. Verifiquei uma certa resistência em assumir que eles compram neste local que os desvaloriza socialmente, pois feira continua sendo lugar de pobre, de indivíduos sem valor social. Os aspectos positivos que foram salientados, como *limpeza e higiene do local*, mais do que uma avaliação real, seriam uma tentativa de justificar uma ação, que na sociedade, o diminui enquanto indivíduo: comprar na feira.

Os consumidores entrevistados, ao valorizar a feira como local para aquisição de alimentos, tentam fugir do esteriótipo de “consumidor de feira”. Eles negam, omitem, ignoram o que para ele é um estigma social: frequentar a feira do Japão – *local de pobre*. O fato de frequentar a feira, para este ator, simboliza um estigma³ da sua condição marginal no sistema social. Goffmann (1988) salienta que a pessoa estigmatizada tenta corrigir aquilo que ela diretamente associa como base do seu defeito, temendo que seu estigma interfira negativamente na sua aceitação na sociedade.

A categoria *feira* aparece nos discursos de *feirantes e consumidores* carregada de significado negativo: *A feira é uma porcaria, sujeira em todo canto, mas o povo gosta de porcaria mesmo, tá vendo aqui as carnes com mosca e tudo e nem liga* (João, feirante de carnes).

Para os feirantes, a feira também é a *lama* (F21), o ambiente comum aos *porcos*, é o local de animais, de pessoas que gostam de porcaria (F5).

A lama é uma mistura de terra e água. Desta forma, ao definir feira como lama, expressa-se a compreensão da feira como um local onde

pessoas e objetos diversos se misturam, se mesclam. Assim, como a lama, a feira tem sua fluidez. No entanto, no sentido comum do termo, ele é associado à sujeira e impureza. Lama significa sujeira física, mas pode também simbolizar a impureza moral, associada à baixeza, degradação, sarjeta. Assim, quando um feirante de carnes diz: [...] *eu também sou cachorro porque vivo aqui na lama* (Manuel, feirante de carne), lama simboliza impureza tanto física quanto moral. Lama e lodo comportam o sentido de ignomínia, baixeza, degradação.

O feirante

A maioria dos feirantes entrevistados cresceu na feira do Japão e é filho de feirante. Eles aprenderam com o pai o ofício de feirante, bem como a forma de lidar com o alimento e a freguesia. Eles vendem os mesmos produtos que seus pais vendiam. São práticas herdadas e absorvidas na construção do *habitus*.

Bourdieu (2002, p. 91) diz:

A definição destes postos mal definidos, mal delimitados, mal garantidos, reside, paradoxalmente, na liberdade que consentem aos seus ocupantes de os definir e de os delimitar introduzindo-lhes os seus limites, a sua definição, toda a necessidade incorporada que é constitutiva do seu *habitus*. Estes postos serão o que são os seus ocupantes ou, pelo menos, aqueles que, nas lutas internas da profissão e nas confrontações com as profissões afins e concorrentes, consigam impôr a definição da profissão mais favorável àquilo que eles são.

Ao seguir a função do pai, o sujeito se identifica com ela e a adota como sua, acatando formas de comportamento correlatas.

Observei que eles se auto-classificam como *porcos* (F14), *pessoas sujas* (F13), *que gostam de imundície* (F5), *pessoas sem higiene* (F12), *que não se cuidam* (F1), *pessoas sem valor: pobres*. Ser pobre é ser alguém que não tem importância, que é desprovido de valor, de poder, que não é visto, notado. É, portanto, aquele que é desumanizado em nossa sociedade. A condição de pobreza é reconhecida como algo inerente à condição de feirante e de consumidor de feira. O termo pobre é compreendido, não apenas como uma categoria econômica, mas como equivalente a marginal a um sistema que os exclui, que os destitui de valor como cidadãos.

Eles trazem em suas falas o sentimento de desgosto que sentem do seu papel social, da sua posição dentro do sistema, desgosto visualizado nas expressões corporais e verbais.

Segundo Douglas (2003), um símbolo apenas tem significado quando relacionado a outro símbolo tomado como padrão. Assim, a compreensão da categoria feirante está associada diretamente ao significado que o termo feira tem no imaginário dos distintos atores.

Feira e feirante passam a ser categorias associadas a aspectos negativos. Os indivíduos que trabalham na feira não se percebem mais como homens, mas como animal, *porco*. Para certos entrevistados, a informalidade que caracteriza o seu trabalho, mais do que uma característica intrínseca, é resultado de uma opção de alguém que busca sair dos limites que lhes são impostos pelo sistema produtivo, das formas que lhes são ditadas. Para outros, contraditoriamente, este tipo de trabalho é referente a uma falta de opção, o único caminho franqueado àqueles que estão fora do sistema, que *estão acostumados com a bagunça (F29)*, que não se adaptam com o trabalho formal.

Em algumas falas dos feirantes, eles se percebem como culpados pela falta de ordem e de limpeza da feira, pois, considerou o feirante *negligente (F5)*, é *bagunceiro (F14)*. O Estado não é identificado como responsável pelas condições estruturais da *feira*, ou mesmo, pela sua condição de vida. A situação socioeconômica em que ele encontra é culpa sua, assim como a situação da feira.

O consumidor

Para os feirantes da feira do Japão, os outros com quem eles compartilham a realidade deste local são os consumidores, as pessoas conhecidas, os fregueses, pois eles pertencentes à vizinhança e que têm o hábito de comprar ali. O freguês pertence ao mesmo espaço dos feirantes, compartilhado como eles os mesmos códigos culturais.

DaMatta (1997) salienta que a rua é o local pertencente ao povo ou ao Governo, estando sempre repleta de fluidez e movimento; a casa em contraste, pertence à família, ao amor, ao calor humano. A feira, por ser um ambiente ambíguo, que se encontra no limite entre esses dois

mundos, caracteriza-se pela fluidez da rua, contudo, permanece com a familiaridade das relações que caracterizam o mundo da casa.

A forma como os consumidores são vistos pelos feirantes associa-se com a forma como a feira é vista por esta categoria de atores, segundo pode ser observado nesses trechos dos discursos: consumidor é a *pessoa que gosta da bagunça* (F14), *acostumado com a bagunça* (F21), *povo que gosta de porcaria* (F14), *não sabe viver diferente do que viver na imundície* (F5), *acostumado com a sujeira* (F20) e *com a imundície* (F7). Como a feira é uma bagunça, um local sujo, o consumidor é a *pessoa que gosta de desorganização* (F5).

Para alguns feirantes entrevistados a falta de higiene da feira e a forma como cuidam dos alimentos é decorrente dessa atração dos consumidores pela imundície. Nesse ponto de vista, a feira é uma porcaria, para atender àqueles que frequentam ao local e não por culpa dos feirantes.

A fiscalização

Na feira do Japão, as ações de fiscalização são realizadas pelos Agentes de Fiscalização do Meio-Ambiente e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), o rapa, como são conhecidos. Para os feirantes da feira do Japão, o rapa representa o Estado, o poder dominante que sufoca, oprime, regula, protege e impõe seus símbolos. Sua ação desencadeia sentimentos que vão da revolta ao conforto.

Através da ação de fiscalização, os fiscais da SESP procuram adaptar os indivíduos à ordem do poder, não somente pela extinção das condutas inaceitáveis, mas sobretudo, pela produção de novas características corporais, emocionais e sociais. Luckmann e Berger (1998) frisam: para que a ordem institucional seja aceita como certa em uma totalidade, ela precisa ser dotada de sentido e ser legitimada dentro do universo simbólico dos indivíduos.

Cada grupo categoriza as coisas que vê a partir de códigos próprios. Assim, quando os fiscais municipais tentam impor suas normas aos feirantes, estas não são reconhecidas e apropriadas por eles, pois não têm uma significação no seu sistema de valor.

Boltanski (1969) refere que a dificuldade que as classes populares têm em assimilar o conhecimento científico ocorre porque elas não

compreendem as informações que lhes são transmitidas. As normas que lhes são impostas não são reconhecidas dentro de seu sistema simbólico. Assim, esses indivíduos as reinterpretem, utilizando para isso as categorias de análise e sistemas de classificação que têm à sua disposição e que são compartilhados pelo seu grupo social.

Com base na idéia desse autor, entendo que os feirantes e consumidores da feira do Japão utilizam categorias próprias para compreender e reinterpretar as normas sanitárias ou mesmo as informações transmitidas na escola, nos meios de comunicação ou mesmo durante o contato com os fiscais municipais.

As regras de higiene e a norma institucional transmitidas pelos agentes municipais não encontram correspondência nos esquemas de códigos utilizados pelos feirantes e consumidores da feira do Japão. Por outro lado, a forma como eles vêm os alimentos e cuidam deles está embasada em outro sistema de símbolos, desconhecido pelos fiscais. Essa situação torna a relação entre esses atores ainda mais difícil e conflitante.

O distanciamento entre os dois grupos é agravado pelo poder de que se reveste cada exigência legal. A norma dita: o indivíduo não pode manipular dinheiro e alimento; ele tem que usar uniforme; tem que armazenar a carne sob refrigeração. Mas para esse indivíduo, essas ações não têm um significado ou até mesmo vão de encontro a sua compreensão acerca de determinados fatos.

Na feira, a carne para ser reconhecida como fresca tem que manter características que lembre o animal. Produto fresco é aquele *morto na hora* (F21); fresco está associado ao momento da mudança do estado vivo para o morto. Assim, ela deve estar exposta sangrando, pois o sangue lembra a vida; ela deve estar em grandes pedaços, ainda lembrando a forma natural do animal, se possível com pêlo; ela deve estar quente e deve ser acariciada como se acaricia o animal vivo.

Desta forma, ao exigir que a carne seja exposta sob refrigeração, o fiscal interfere diretamente no simbolismo de frescor do produto. Pois, na geladeira fica o animal morto, que deve ser refrigerado para evitar a putrefação. Se a carne precisa de geladeira é porque não está fresca, porque está em processo de decomposição. A refrigeração da carne, que para os fiscais simboliza a sua conservação, para os feirantes e consumidores da feira simboliza a decomposição.

Para os consumidores entrevistados, a idéia de frescor associa-se a um aspecto temporal. *Produto fresco é produto renovado (C2), que fica e depois vai embora (C3), que não fica exposto o tempo todo (C5)*. Nesse contexto, a carne que está ali visivelmente exposta tem seu frescor garantido porque pode-se, simbolicamente, controlar seu tempo de exposição. Com a carne nos balcões isso não é possível, pois o frio do freezer oculta o tempo real que o produto está ali e interfere diretamente na garantia do seu frescor. A carne fresca veio diretamente do matadouro para a banca e desta para a casa de quem a adquiriu. Se ela deve ser refrigerada é porque não é fresca e deve estar no frio para não “apodrecer”.

Um outro ponto que pode exemplificar ainda mais essa divergência é o uso de uniforme; quando os fiscais exigem dos feirantes o uso do uniforme, eles buscam melhorar-lhes a *higiene*, pelo emprego de vestimenta adequada à atividade. Contudo, para os feirantes o uniforme vem a simbolizar a formalidade.

Em casa, ambiente familiar, os corpos são expostos como símbolo da intimidade compartilhada. Assim, como habitualmente ficam em casa, na feira, os feirantes do sexo masculino ficam sem camisa. O uniforme vem a simbolizar uma barreira nas relações de familiaridade que se procura estabelecer com os demais atores desse espaço.

DaMatta (1997) frisa que a casa é o local de abrigar o familiar. A feira é a vizinhança, local de pessoas pertencentes à mesma classe, que compartilham os mesmos códigos, os mesmos símbolos. Nesse contexto, os fiscais municipais passam a simbolizar o estranho, a visita, a quem não é permitida a intimidade. Apesar de estarem naquele ambiente, de conversar com os feirantes e consumidores, os agentes da SESP não são identificados por estes como pertencentes a seu universo. A estranheza é agravada por conta das relações de poder estabelecidas entre os dois grupos.

Talvez essa situação venha a explicar o motivo pelo qual os feirantes não aceitam a fiscalização, pois, no seu imaginário, através desta ação, os fiscais intervêm no território do privado. É como se eles arrombassem a porta simbólica que separa e protege a intimidade da casa e adentrassem nesse território sagrado. O limite entre os dois mundo é rompido bruscamente e essa situação causa confusão, traduzida no medo da perda de espaço. Esse medo simbólico é traduzido no silêncio diante das

orientações, no não cumprimento dos horários, na tentativa de burlar as regras de funcionamento e no aumento do território da feira.

Ao classificar os feirantes por produtos que vendem, setorizando a feira, ao padronizar as bancas, entre outras medidas a SESP exerce o seu poder disciplinar e individualiza o feirante. Para eles, a principal intervenção dos agentes da SESP no ambiente da feira é organizar o espaço, que para eles, significa limpar, *colocar nos conformes* (F4).

Um feirante cita o *shopping* como símbolo do espaço organizado, pois traz o sentido de formalidade. Mais do que um local onde há uma diferença de classe, o *shopping*, para este indivíduo representa o comércio formal. A feira simboliza a desorganização, a sujeira, local de pobre; *shopping* semanticamente é oposto disso.

Ao dispor os seus produtos em um caixote e não no chão, o feirante busca embasamento naquilo que aprendeu com seus antecessores e não nas teorias por ele ignoradas que tratam de contaminação, de agentes causadores de doenças. Ao introduzir a prática de arrumar os produtos na banca de um metro e não mais no chão⁴ (onde não havia uma delimitação de espaço) mais do que reduzir a área de exposição, introduziu-se uma nova prática que ainda não tinha significado para esses atores.

A feira do Japão na visão dos funcionários municipais

Através da prática da fiscalização, o Estado intervém na feira, no espaço considerado privado pelos feirantes, em nome do bem-estar público. A ação dos fiscais municipais, como entidade pública, se dá em nome do bem-estar da coletividade. E a legislação tem papel fundamental, pois ela é o instrumento para o exercício do poder de polícia do Estado, na intervenção nas relações sociais. (COSTA, 1999).

Ao solicitar o corte dos cabelos, o asseio pessoal, o uso de determinada vestimenta, a adoção de determinada forma de comportamento, os órgãos de fiscalização ditam regras de higiene consideradas, pelos feirantes, invasiva de sua privacidade, de seu domínio do próprio corpo. Em nome da higiene, da saúde coletiva, a individualidade dos deles não é mais respeitada, segundo este seu ponto de vista.

A feira do Japão é classificada pela SESP como uma feira fixa de bairro, como outras sete⁵ que funcionam na cidade. Ela se caracteriza por ocorrer sempre no mesmo local, em espaço aberto, todos os dias da semana (art. 2º, §1º do Decreto 11.611/97, PMS).

No discurso da Lei, a feira é reconhecida como comércio de alimentos e por isto é objeto de intervenção tanto da SESP, como da Vigilância Sanitária, cada uma em sua esfera de competência. Sob responsabilidade da SESP estão as ações de organização dos espaços, a definição dos limites, a organização do comércio. A Vigilância Sanitária é responsável pelo controle higiênico-sanitário do ambiente, pelas ações de fiscalização e controle em busca da salubridade da feira, como local público de comércio de alimentos.

No discurso dos fiscais, representantes do Estado, as feiras livres se caracterizam como comércio informal. Esta informalidade expressa nas falas dos fiscais municipais é carregada de simbolismo e significa a falta de ordem.

DaMatta (1997) salienta que não é possível misturar o espaço da casa com o da rua sem criar uma grave confusão. A feira é o espaço onde casa e rua se misturam, onde não há grandes distâncias entre os corpos. Talvez por isso simbolize esta desordem no imaginário dos seus distintos atores. Essa indeterminação a torna um espaço peculiar, com códigos e regras próprios. Para os fiscais municipais, o fato de a feira ser na rua é um aspecto negativo, pois este é um local onde os limites de território são quase inexistentes. Na rua não há paredes, nem demarcação visível de onde se inicia e termina o território do outro; os limites são subjetivos. Nesse contexto, sua ação volta-se para instalar a feira, colocá-la em local demarcado, com limites; torna-se necessário fazer uma nova feira, revitalizada.

A maioria das referências dos garis e fiscais municipais (85%) é negativa e reflete a posição que a feira ocupa no cotidiano de trabalho desses profissionais. O desejo de mudança da própria estrutura da feira livre surge na maioria dos discursos. Garis, agentes da SESP e fiscais da VISA expressam o desejo de converter a feira em um mercado fechado, isolado do ambiente externo (possível fonte de poluição). Talvez, aqui se expresse a idéia de que o ambiente fechado esteja protegido e, por isso, mais limpo, mais higiênico. Para Rodrigues (1999), portas e paredes

simbolizam a separação entre os dois mundos (o da casa e o da rua), indicam os limites entre a casa e a rua, entre o público e do privado.

O desejo da feira como um galpão simboliza o desejo do afastamento daquilo que não se pode controlar, do que é ameaça ao poder do profissional. A feira/galpão não flui naturalmente, mas com regras institucionais. Não é mais a casa/rua, mas um estabelecimento, espaço de poder; é a limitação da vida social, segundo um sistema fixo de valores.

Além disso, o ambiente fechado, como um galpão, traz a idéia de limites bem definidos, acabando com o aspecto de informalidade e de fluidez que caracteriza as feiras livres. Desta forma, espera-se que esse ambiente tenha *tudo organizado* (V3), e funcione *com estrutura* (V1).

Segundo Foucault (1987), as construções arquitetônicas fechadas não são pensadas para simplesmente serem vistas, ou para vigiar o espaço exterior, mas para permitir um controle interior, estruturado e minucioso, para tornar visíveis os que nela se encontram.

O feirante

Segundo Geertz (1989), o mundo cotidiano é habitado por homens personalizados, caracterizados, classificados e rotulados dentro de um sistema de classes determinado por cada grupo. Este autor refere que os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas, mas construídos historicamente, sustentados socialmente e impostos individualmente.

Para os agentes municipais, a noção do termo feirante é carregada de símbolos que expressam negatividade. Como a feira afeta a ordem, os feirantes são tidos como aqueles que se afastam da ordem, do instituído, do formalizado, do legal.

A percepção dos funcionários municipais acerca dos *feirantes* é carregada de preconceitos. Para eles, ser feirante significa ser *ignorante* (G2) e *sem educação* (V1). Mais do que uma falta de conhecimento, a falta de educação aqui significa *uma pessoa com mente limitada* (V3), que *não entende as coisas* (S4).

A dificuldade de compreensão dos feirantes aparece em vários discursos dos fiscais, denotando o significado que aqueles têm para este

grupo de atores: *feirantes* são *crianças*, [...] *sem consciência* (V1), são indivíduos infantilizados, sem noção das regras, da norma. São pessoas que vivem sem limites, soltos na informalidade.

Para os agentes da SESP, faz parte da cultura do feirante a sua atração pela sujeira, a sua dificuldade de entendimento, a resistência e desobediência à ordem instituída pelo Estado.

Os agentes entrevistados utilizam o termo *barraqueiro* (S3) como sinônimo de *feirante*; mais do que dono de barraca, *barraqueiro* tem um caráter pejorativo, indicando indivíduo marginalizado. Nesse contexto, a barraca significa o informal e o barraqueiro é aquele que está em uma posição marginal ao sistema, à forma instituída de comércio.

O saber do feirante não é valorizado pelos fiscais municipais. Para eles, *feirantes* são *pessoas sem estudo* (V1), sem o conhecimento formal. São indivíduos distantes do conhecimento científico, aqui representado pela legislação: [...] *são pessoas que desconhecem a legislação* (V1). Esta “ignorância” dos feirantes afeta diretamente sua relação com os fiscais, que vêem neles uma posição de inferioridade.

Conhecimento e poder se confundem. Assim, os fiscais da VISA ao se perceberem como detentores do conhecimento técnico-científico, revestem-se de poder. Cabe a eles, portanto, impor este poder aos dominados. Segundo Foucault, através das ações de vigilância define-se “sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados” (FOUCAULT, 1979, p. 154). Desta forma, os *feirantes* ocupam uma posição inferior na escala social da VISA.

Black (2005) salienta que as normas sanitárias são formuladas tendo com base os grandes produtores de alimentos e os grandes supermercados o que torna seu cumprimento muito mais custoso para os pequenos negociantes. Além disso, a regulamentação sanitária não leva em consideração a diversidade e as características culturais, a história e as formas tradicionais de comércio. Para esta pesquisadora, as leis tendem a homogeneizar e padronizar os alimentos e onde eles são produzidos e vendidos, simplesmente porque, desta forma, o controle é mais fácil.

Quando os fiscais da VISA vão à rua Gonçalo Coelho, não visitam as bancas da feira, sua ação se limita aos estabelecimentos fixos que comercializam alimentos. Durante as entrevistas, ficou claro que os fiscais desconhecem a feira, não sabem da existência do Armazém do Japão e

do projeto de ordenamento que ocorreu na região em 2002. Os feirantes, a seu ver, representam um grupo que está fora de seu foco, que se *opõem à legislação* (V5) e não aceitam submeter-se à ordem instituída.

As instituições como a VISA e a SESP são reconhecidas como representantes do poder estatal e cultivam o que Bourdieu (2002) concebe como “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica”, embora os feirantes não se incorporem a esta ordem. Destarte, o significado que esta categoria tem para os fiscais está carregado de símbolos trazidos de sua prática de dominação. Expressões como: [pessoal] *rústico* (V5); *pessoa que não entende as coisas* (S3); *com dificuldade de se atualizar* (V5); *que só age quando obrigados* (S2); *que tem resistência a mudança* (S7); *que se opõem à legislação* (V5), denotam a posição de dominados que os feirantes ocupam no sistema simbólico desses profissionais. As ações de fiscalização e controle são voltadas para a padronização das características corporais, emocionais e sociais.

O consumidor

Luckmann e Berger (1998) ressaltam que nós apreendemos o outro a partir de um sistema de tipificação que vem a interferir na nossa interação e determinar a forma do relacionamento. Com base nesta idéia, compreende-se que a forma como os funcionários municipais percebem os consumidores da feira do Japão é um reflexo da noção de feira no sistema de tipificação desse grupo de atores.

Encontrei poucas referências à categoria consumidor nos discursos dos agentes de fiscalização da SESP. Para um dos agentes entrevistado, o consumidor da feira do Japão não tem uma especificidade, é, simplesmente, a *população* (S1). Outros dois agentes associam alguns aspectos positivos à categoria; para eles, o consumidor é um *parceiro* (S3), *gente boa* (S2), o que denota a importância da relação consumidor/SESP na execução das atividades de fiscalização. Mais do que alguém que frequenta ou compra na feira, os consumidores são pessoas a quem o trabalho da SESP está vinculado.

Nota-se nas falas dos agentes da SESP um conflito entre esses dois conjuntos de atores (fiscais e consumidores). O agente de fiscalização

sente-se incomodado com a visão que os consumidores da feira têm a seu respeito. Para ele, a imagem policialesca associada ao seu trabalho o estigmatiza junto à comunidade.

Goffman (1988) salienta que a forma como o estigmatizado é visto e recebido pelos outros gera nele uma sensação de incômodo e ele tenta fugir desse desconforto. No caso dos agentes da SESP, a posição que seu cargo ocupa no imaginário popular o estigmatiza socialmente.

A ação dos agentes de fiscalização da SESP se baseia na apreensão de mercadorias e equipamentos e está representada pela denominação de “rapa” que bem traduz o tipo de trabalho executado. O termo rapa pode ser associado com o termo raspar, tirar, subtrair com violência, assim o trabalho do fiscal que realiza esta ação é associado a um ato de rapina.

Na reflexão que os agentes da SESP fazem sobre sua prática na feira, nota-se um sentimento de descontentamento com sua posição junto aos feirantes. Alguns referem que se sentem desrespeitados e desentendidos. Outros associam a ação de fiscalização à apreensão. Analisando os discursos desses agentes da SESP, observa-se que, para eles, a apreensão tem um caráter punitivo e demonstra seu poder sobre os feirantes. Quando apreende as barracas ou produtos fora da ordem, ele mostra a sua força.

Nesse contexto, a ação de fiscalização, mais do que uma ação de controle, é uma ação de poder e a apreensão dos produtos ou equipamentos simboliza o castigo. Através desta ação busca-se reduzir os desvios.

Foucault (1999) refere que, no regime disciplinar, a punição tem o objetivo de normalizar. Assim, através da apreensão, a SESP, além de impor sua força sobre os feirantes, busca ordenar a feira, fazer voltar à “normalidade”. Destarte, fiscalizar é impor força.

Em relação a sua ação, todos os garis entrevistados associam a sua ação à retirada do lixo. Para ele, sua função na feira é retirar tudo aquilo que incomoda e é considerado lixo. Contudo, um dos entrevistados ressalta que a ação dos garis exige *saber lidar psicologicamente com as pessoas (G1)*.

Nos discursos dos garis observa-se um descontentamento com a forma como são tratados tanto pelos feirantes, como pelos funcionários municipais. Eles acreditam que o tipo de trabalho que executam os

estigmatiza socialmente, pois as pessoas os vêem como indivíduos sem capacidade, sem valor porque trabalham com lixo. Como forma de fugir a esse estigma, eles constantemente salientavam a importância do seu trabalho, a fim de ter reconhecido seu valor em um universo onde as relações de poder são tão fortes.

A SESP e a VISA estão inseridas em um sistema cultural permeado por símbolos de dominação, relações de força e de comunicação. Para os seus trabalhadores, eles são representantes do poder estatal. Em trechos dos discursos, isso aparece de forma clara, o nome da instituição é utilizado substituindo o da Prefeitura. A instituição representa o Estado, o poder. São eles que fiscalizam, que ordenam os espaços, que concedem licenças, que permitem que a feira funcione.

Para Bourdieu (2002), as lutas de classe são simbólicas. São travadas na vida cotidiana e é nessas lutas que os símbolos são construídos, bem como as mudanças culturais. Quando os feirantes fogem dos limites da rua Gonçalo Coelho, expõem seus produtos em caixotes, abandonam o armazém e não cumprem o horário de funcionamento, passam a ocupar a posição de oposição à ação da SESP. Essas ações são estratégias que eles utilizam na luta pelo poder na feira.

Conclusão

Agentes de fiscalização e feirantes são adversários em uma guerra simbólica. A relação desses dois atores é carregada de símbolos. Ódio e desrespeito ocupam a mesma categoria semântica e simbolizam o desgosto pela derrota.

A relação dos fiscais com os feirantes é eminentemente uma relação de poder. Assim, o fato de os feirantes resistirem às suas intervenções na feira do Japão significa, para eles, um enfraquecimento do seu poder.

O desejo expresso nas falas dos fiscais, de confinar a feira em um galpão, ou em um espaço fechado, refletem a tendência moderna dos espaços controlados. Estamos na era dos *shoppings centers*, das lojas de departamentos, dos supermercados, locais de impessoalidade, com suas ruas de granito, paredes brancas, sem frio, sem calor, sem mendigos, sem pobreza.

Uma realidade mascarada que denota a realidade que desejamos, onde não há instabilidade, ameaça, onde estamos sob controle, sob guarda. Concordo com a idéia de que a feira livre é o oposto a isso. Pois, ela é local da intimidade, de simbolismos, onde estamos sob o sol, sob a chuva, expostos aos riscos inerentes ao ambiente da rua.

DaMatta (1997) refere que simbolicamente a rua é associada a perigo, a riscos; ela é o local do desconhecido, da fluidez. Assim, para os funcionários municipais entrevistados, confinar a feira em um galpão é tirar dela essa fluidez, torná-la segura, controlada, vigiada.

Sartre (1976) evidencia que o homem se sente ameaçado pelo estado fluído, já que não se sente à vontade; pois para uma consciência é pavoroso sentir-se presa na viscosidade. Para fugir dessa situação ameaçadora, os indivíduos tendem a solidificar tudo que traz essa idéia de viscosidade e fluidez, confinando-os em espaços fechados, controlados.

A feira do Japão se caracteriza como um espaço fluído. No seu cotidiano trava-se uma guerra, algumas vezes silenciosa, outras explosiva: guerra pelos espaços, pelo poder.

A situação da feira perturba os fiscais municipais não apenas devido as suas condições higiênicas, mas por que a fluidez que caracteriza esse espaço incomoda o senso higienista desses profissionais e a informalidade agride seu senso estético, motivo pelo qual querem retirar de vista esse exemplo de ineficácia do Estado.

Notas

¹ Festa que ocorre em homenagem à padroeira de Bahia, Nossa Senhora da Conceição da Praia, que envolve cerimônia religiosa e folguedos populares.

² Os sujeitos deste estudo estão identificados como F de feirante, C de consumidor e V, vigilantes.

³ Entende-se por estigma “um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMANN, 1988, p. 13).

⁴ Antes do ordenamento da feira do Japão, os feirantes não tinham um espaço definido para expor seus produtos. Assim eles dispunham suas mercadorias em caixotes de madeira ou no chão forrado com uma lona, sem se preocupar com o tamanho do espaço a ocupar. Um das ações do ordenamento foi a definição da banca padronizada que mede 1m x 0,80m.

⁵ São Joaquim, Sete Portas, Itapuã, Periperi, Jardim Cruzeiro, Pirajá, Mussurunga e Liberdade.

Referências

- BARCELLOS, D. **As feiras livres: cotidiano de uma feira popular num bairro de classe média.**[xxxx]. Disponível em: <<http://www.terravista.pt/AguaAlto/2158/Feira.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2000.
- BLACK, R. E. **The porta palazzo farmer's market: anthropology of food.** Issue 4, may 2005. Disponível em: <<http://www.aofood.org/JounalIssue/04/ede.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Puericultura y moral de classe.** Barcelona: Laia, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.**5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COSTA, Ediná Alves. **Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde.** São Paulo: HUCITEC, 1999.
- Da MATTÁ, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOUGLAS, Mary. **Natural symbols.** 3. ed. London: Routledge, 2003.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- JUSTINIANO, B. **A feira pode ser prejudicial à saúde.** [2003]. Disponível em: <http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/consumo/id120203.htm>. Acesso em: 11 abr. 2003.
- LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LUCKMANN, T.; BERGER, P. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis, RJ.: Vozes, 1998.
- SARTRE, Jean Paul. **A nausea.** Lisboa: Europa-América, 1976.
- SERRA, Ordep. **Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2005.